

HABEAS CORPUS Nº 504.705 - SP (2019/0108187-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : GABRIEL MARTINS FURQUIM E OUTROS
ADVOGADOS : JOSÉ PEDRO SAID JÚNIOR - SP125337
PAULO ANTONIO SAID - SP146938
GABRIEL MARTINS FURQUIM - SP331009
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE ROGERIO PIN (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio com pedido de liminar impetrado em favor de **ALEXANDRE ROGÉRIO PIN**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente, condenado à pena de 5 anos de reclusão no regime fechado, encontra-se cumprindo pena no regime semiaberto desde o dia 28/3/2019. Iniciou o cumprimento da pena em 3/12/2017, com término previsto para o dia 20/11/2022.

O Juízo da Vara de Execuções Penais, indeferiu pedido de remição de pena do paciente, em razão de o trabalho ter sido realizado em período anterior à prática do crime pelo qual se encontra cumprindo pena.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução na origem, cujo recurso restou desprovido.

Neste *writ*, os impetrantes sustentam constrangimento ilegal, consubstanciado na decisão que não declarou a remissão dos dias trabalhados em período anterior ao delito praticado.

Aduzem, portanto, que “inexiste vedação legal expressa no que se refere à utilização de período de trabalho anterior ao delito que constitui a atual execução criminal” (e-STJ, fl. 5).

Pleiteiam, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja concedida a ordem e declarada a remissão do trabalho realizado pelo paciente.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 56).

Informações apresentadas pelas instâncias de origem (e-STJ, fls. 58-86 e 88-95).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da ordem (e-STJ, fls. 97-101).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

O Juízo das Execuções Penais ao indeferir o pedido de remissão fundamentou sob os seguintes fundamentos:

“Primeiramente, observo nos presentes autos digitais que o(s)

período(s) de **remição de penas** constante(s) nos Atestados acostados às fls. 43/44 e 46 **são anteriores ao início do cumprimento do escarmento imposto no processo-crime** que instrui este feito digital, motivo qual indefiro o pleito de remição de pena” (e-STJ, fl. 22.)

O Tribunal de origem, ao ratificar a decisão do Juízo das execuções, pontuou que:

“Neste aspecto, consta dos autos que **os dias trabalhados pelo agravante - os quais a defesa ora quer ver reconhecidos como remidos -, referem-se à execução anterior (2011/2012 fls. 10/13), e o novo crime cometido pelo agravante ocorreu somente em 03 de dezembro de 2017**, de modo que houve solução de continuidade nas execuções, sendo inviável a unificação. Em consulta à folha de antecedentes do agravante, via sistema SAJ, verifico que a primeira execução já foi extinta no ano de 2012. Assim, inviável o reconhecimento dos dias trabalhados pelo sentenciado como remidos, em razão de se tratar de pena já extinta e de impossível unificação.” (e-STJ, fl. 49.)

Verifica-se, pelo atestado de pena do paciente (e-STJ, fl. 23), que o cometimento do crime em tela, bem como a prisão em flagrante, ocorreu no dia 3/12/2017, sendo a sentença condenatória proferida em 9/5/2018.

Ademais, esta Corte superior possui entendimento sedimentado de que, não é possível declarar a remissão do tempo de trabalho executado, se realizado em momento anterior à prática do delito da pena a ser remida.

A propósito, vejamos estes precedentes:

“PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. REMIÇÃO PELO TRABALHO. DESCONTO DOS DIAS TRABALHADOS EM OUTRA EXECUÇÃO. PERÍODO TRABALHADO ANTERIOR AO COMETIMENTO DO CRIME. INVIABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE CRÉDITO CONTRA A JUSTIÇA CRIMINAL. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO SOBRE A DETRAÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir *habeas corpus* em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II – *In casu*, constata-se que a decisão proferida pelo Tribunal Paulista está em consonância com o entendimento consolidado na jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de ser possível aplicar-se a detração penal dos dias trabalhados no cômputo da pena de processo diverso daquele no qual efetivou-se a atividade laboral, exigindo-se, para tanto, que o crime ao qual se deseja a detração seja anterior à execução na qual implementou-se os dias remidos,

hipótese incorrente nos autos' (AgRg no HC n. 326.443/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 11/5/2017).

III - No presente caso, verifica-se que o período trabalhado pelo paciente, e sobre o qual se pretende a remição da pena (28/6/2012 a 8/5/2013), é anterior à data do cometimento do crime de tráfico (9/7/2013), cuja pena está sendo executada, razão pela qual não é possível a remição pretendida, tal qual ocorre com a detração, sob pena de criação de um crédito em favor do paciente contra a Justiça Criminal.

Habeas Corpus não conhecido." (HC 377.703/SP, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 3/8/2017, DJe 10/8/2017.)

"AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DOS DIAS TRABALHADOS EM EXECUÇÃO EXTINTA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO IMPROVIDO.

1. O artigo 126 da Lei de Execuções Penais regulamenta a remissão da pena em virtude da realização de atividade laboral, como forma de concretizar o objetivo ressocializador da reprimenda, inserindo, gradativamente, o condenado no convívio social.

2. No entanto, a jurisprudência deste Sodalício entende ser necessária a limitação da concessão do benefício, a fim de desestimular o cometimento de novos delitos.

3. No caso abordado nos autos, o agravante pleiteia a remição em nova condenação, dos dias trabalhados em execução de pena já extinta, tendo o Tribunal a quo confirmado a decisão do magistrado singular, a qual denegou o pedido do recorrente por ser impossível efetivar-se a detração, em nova condenação, dos dias trabalhados durante a execução de processo já extinto.

4. *In casu*, constata-se que a decisão proferida pelo Tribunal Paulista está em consonância com o entendimento consolidado na jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de ser possível aplicar-se a detração penal dos dias trabalhados no cômputo da pena de processo diverso daquele no qual efetivou-se a atividade laboral, exigindo-se, para tanto, que o crime ao qual se deseja a detração seja anterior à execução na qual implementou-se os dias remidos, hipótese incorrente nos autos.

5. Agravo improvido" (AgRg no HC n. 326.443/SP, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, j. 2/5/2017, DJe de 11/5/2017.)

Desse modo, não se verifica ilegalidade a justificar a intervenção desta Corte.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator